



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 28 de novembro de 2012

FOLHA DE SÃO PAULO

Desmate na Amazônia cai ao menor nível da história..... 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Pimentel vê Brasil e Argentina como 3º mercado global 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Supporte cresce atendendo Manaus 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Unificação do ICMS nos estados deve ficar para 2013..... 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

O POVO

Mantega irá ao Senado para falar sobre ICMS 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

O POVO

ZPEs vão receber consultoria da Apex-Brasil 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Plano de concessão de portos está pronto e será anunciado no dia 6..... 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Mudança no ICMS fica para o ano que vem 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

DIÁRIO DE SUZANO | SP

Mantega falará sobre ICMS unificado 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desmate na <u>Amazônia</u> cai ao menor nível da história		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O desmate ilegal na Amazônia caiu 27% de agosto de 2011 a julho de 2012 em relação ao ano anterior. A área derrubada é a menor desde 1988, início da série histórica do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O governo comemorou o resultado, mas ONGs alertam para tendência recente de retomada do desmatamento na região.

Amazônia tem menor desmate da história

Números preliminares divulgados pelo governo mostram redução de 27% em comparação ao ano anterior

Ministério comemora resultados, mas ONGs pedem atenção à tendência recente de retomada da degradação

DE SÃO PAULO

A taxa de desmatamento ilegal na Amazônia manteve a tendência de queda e registrou mais um recorde, chegando ao menor número desde que a série histórica foi iniciada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em 1988.

Entre agosto de 2011 e julho de 2012, foram derrubados 4.656 km² de floresta. Uma redução de 27% em relação ao período anterior, que teve 6.418 km² degradados.

Esses dados são estimativas do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), que computam o chamado corte raso, quando toda a cobertura florestal é removida. Os números consolidados saem em meados do ano que vem, mas a diferença não deve ser grande.

Ao anunciar os dados, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, comemorou os bons resultados.

"Ouso dizer que esta é a única boa notícia ambiental que o planeta teve neste ano do ponto de vista de mudanças do clima", afirmou ela.

Em números absolutos, o Pará mais uma vez foi o Estado que mais desmatou, com 1.699 km² de floresta destruída. Isso é mais do que o dobro do desmatamento no segundo colocado, o Mato Grosso, com 777 km².

Ambos os Estados, contudo, reduziram a quantidade de mata perdida em relação ao período anterior, em 44% e 31%, respectivamente.

Desta vez, apenas Acre, Amazonas e Tocantins não mostraram redução na perda de cobertura florestal.

De acordo com a ministra, ainda não foram identificadas todas as razões para o desmatamento nesses Estados, mas já há algumas questões definidas.

No Amazonas, o incremento na degradação estaria ligado à BR-317, perto do município de Apuí.

REPERCUSSÃO

De acordo com Heron Martins, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), ONG que realiza medições independentes do desmatamento na Amazônia Legal, a queda já era esperada.

Ele diz que a queda recorde não pode ser atribuída a apenas um fator, e que houve iniciativas tanto estaduais quanto federais que deram bons resultados.

"A criação da lista do Ministério do Meio Ambiente com os municípios que mais desmatam teve um impacto muito positivo, porque gerou uma série de restrições para os municípios desmatadores", avalia.

Outras entidades ambientais, como o Greenpeace, também comemoraram a queda, mas pediram cautela.

REAQUECIMENTO

Números de um outro sistema de monitoramento, o Sad (Sistema de Alerta do Desmatamento), do Imazon, indicam uma tendência de reaquecimento do desmate na região amazônica.

Os dados são de agosto a outubro de 2012 -mais recentes do que os anunciados agora pelo governo- e mostram alta de 125% nas derrubadas em comparação ao mesmo período de 2011.

O Deter, outro sistema do Inpe, também indica uma tendência de alta.

"Mas ainda estamos no início do calendário de monitoramento, e existe a possibilidade de segurar isso", afirma Heron Martins.

A ministra Izabella Teixeira anunciou, junto com os dados do desmatamento, um incremento na fiscalização. Com o uso de uma nova aparelhagem eletrônica, os fiscais poderão

demarcar as áreas em que houve derrubadas ilegais e, imediatamente, emitir o auto de infração.

O investimento total no projeto, que já está em fase de testes, foi de R\$ 15 milhões. (GIULIANA MIRANDA)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO PIMentel vê <u>Brasil</u> e Argentina como 3º <u>mercado</u> global		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Gabriela Antunes

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**, disse ontem, durante discurso no primeiro dia da 18ª Conferência Industrial Argentina, em Los Cardales, a 70 quilômetros de Buenos Aires, que a indústria mundial está em processo de profunda transição.

Estamos vivendo nesse momento uma profunda transformação do tecido industrial da economia, agregando que Brasil e Argentina podem ter papel de protagonistas nesse processo.

A indústria do século XX não será a mesma desse século. Brasil e Argentina, juntos, podem ser nos próximos anos o terceiro maior mercado do mundo, considerando que a China deve continuar com sua posição, afirmou o ministro. Temos que nos adaptar rapidamente, porque o eixo mundial já está mudando.

Temos a Ásia como grande personagem, a União Europeia marginalizada e os Estados Unidos recuperando o fôlego. Ao nosso continente cabe o desafio de não aceitar o papel de ser apenas fornecedor de commodities agrícolas, disse.

Para o encerramento da conferência, previsto para hoje, estão previstas as presenças das presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. Dilma deve trazer uma mensagem de otimismo sobre a relação bilateral, embora o governo brasileiro esteja disposto a pressionar a Argentina para mudar o desvio de comércio provocado pelo protecionismo do país vizinho.

Na comparação entre as importações argentinas de junho a setembro de 2011 e de 2012, a parcela de produtos vendidos pelo Brasil caiu de 28,6% para 24,6%, enquanto subiram as fatias de mercado ocupadas pelos países da América do Norte (de 13,5% para 17,3%), da União Europeia (de 15,1% para 17,3%), e da China (2,5% para 3,1%).

Nos últimos dois anos, o Brasil aportou US\$ 6 bilhões em investimentos diretos para a Argentina, em setores como mineração, têxtil e construção civil. Projetos de construção de plantas produtivas argentinas no Brasil somam mais de US\$ 3 bilhões nos últimos dois anos. Os principais investimentos foram em usinas de energia eólica e na produção de aço.

Durante a conferência, empresários brasileiros e argentinos expressaram repetidamente preocupação com o crescimento chinês e a primarização da indústria com ênfase na exportação de commodities

A consolidação da China como maior potência exportadora do mundo e a integração produtiva asiática, formada por uma complexa e articulada rede de comércio e de investimentos, pressionam nossos setores produtivos a buscarem formas de se diferenciarem, disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Supporte cresce atendendo <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Marcos de Moura e Souza | De Uberlândia

Dois anos atrás, o empresário Luis Roberto Carrara Lelis saiu vitorioso em uma licitação do governo do **Amazonas** que escolheu a Supporte Logística Integrada para construir e operar um entreposto da **Zona Franca** de **Manaus** em Uberlândia. Era o segundo entreposto desse tipo no país. O primeiro foi construído na década passada, em Resende (RJ). Lelis montou um armazém com três módulos. Começou a operar em maio de 2010 e desde então várias fábricas instaladas na **Zona Franca** estocam **produção** em Uberlândia. Em um ano e meio de operação, fechou contratos com clientes de grande porte, entre eles BIC, Harley-Davidson, 3M e Mitsubishi Eletric.

O entreposto mineiro da **Zona Franca** já é o maior do país. Tem uma área de armazenagem de 39 mil m² e 30 clientes. O entreposto de Resende tem 38 mil m² e 24 clientes, segundo a americana McLane, que tem a concessão na cidade. A empresa é do Berkshire Hathaway, cujo maior acionista é o mega-investidor Warren Buffet.

Talvez porque a ideia dos entrepostos já esteja mais madura entre os fabricantes em **Manaus**, a base em Uberlândia prospera rapidamente. "Uberlândia está avançando mais rápido do que Resende, que demorou cinco anos para ampliar sua capacidade inicial de 5 mil m² de armazéns", diz o secretário executivo da Secretaria da Fazenda do **Amazonas**, Afonso Lobo.

Lelis faz suas projeções. "Vamos fechar o ano com o dobro do tamanho de 2011 em faturamento e número de clientes." Em 2013, diz ele, a perspectiva é manter o ritmo de crescimento deste ano. Até dezembro, o total de produtos comercializados que passarão pelos seus armazéns chegará a R\$ 1,5 bilhão. Lelis não revela o faturamento, mas diz que o custo logístico pago por seus clientes varia de 3% a 5% do valor comercializado - algo entre R\$ 50 milhões a R\$ 75 milhões este ano. Ele garante que não sentiu os reflexos do ritmo lento de crescimento da economia - em especial no primeiro semestre.

O empresário está no negócio de logística desde 1999, quando montou com sua mulher, Flávia Formoso de Moraes Lelis, a Supporte Logística Integrada. Os dois são de

Uberlândia. Além do contrato com o governo do **Amazonas**, ele atende a outros clientes em Uberlândia.

Seu próximo passo é expandir os serviços para São Paulo e Recife. Lelis está prospectando terrenos nas duas cidades para construção de armazéns e espera iniciar as operações no segundo semestre de 2013. Os projetos não têm relação com a concessão da **Zona Franca**.

O entreposto de Uberlândia - e isso também vale para o de Resende - funciona como um pedaço da **Zona Franca** no interior de Minas. Com a diferença básica de que não há linha de montagem, só armazenamento.

Os fabricantes que estão em **Manaus** podem enviar seus produtos diretamente para um dos entrepostos sem recolher imposto. Nos armazéns, o produto pode ficar até 180 dias sem ser tributado. Só quando o fabricante faz a venda é que recolhe a parte dos tributos referentes à **produção** para o Estado do **Amazonas**, o ICM do frente para Minas ou Rio e o ISS para os municípios, explica Lelis.

A vantagem para as fábricas é o manterem seus produtos estocados próximos dos centros consumidores. No caso de Uberlândia, a cidade está num raio de 600 km de distância de dois terços do consumo do país e, por sua localização, acabou se especializando na distribuição de **mercadorias**.

A **mercadoria** estocada no entreposto leva um dia para chegar em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, entre outros polos. Se ficasse em **Manaus**, o trajeto até o cliente exigiria, em geral, 15 dias. "Algumas empresas transferiram sua estocagem para cá e assim liberaram áreas para ampliar suas linhas de montagem", diz Lelis.

Ele vai disputar outro entreposto da **Zona Franca**, na cidade de Ipojuca, Pernambuco. "A licitação deve ocorrer ainda este ano", diz Afonso Lobo.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Unificação do <u>ICMS</u> nos estados deve ficar para 2013		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Simplificação tributária levaria oito anos e pode haver compensação

Eliane Oliveira

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já admite que a resolução que prevê a unificação da alíquota do ICMS nos estados só deverá ser votada pelo Senado em meados do ano que vem. Foi o que informou ontem o senador Gim Argello (PTB-DF), após participar de um café da manhã com o ministro, com senadores da bancada governista.

Os parlamentares ouviram de Mantega a proposta de simplificação da alíquota em até oito anos e a criação de um fundo de compensação de R\$ 167 bilhões para ajudar as unidades da federação que mais vão perder receita com a medida, entre as quais Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Amazonas. Também acertaram que o ministro participará de audiência pública na próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para explicar melhor as mudanças no sistema atual.

Pela proposta, haverá um prazo de transição de oito anos para os estados que, hoje, têm alíquota de 12%, enquanto aqueles que operam com 7% terão um período de quatro anos para se adequarem à nova sistemática que, segundo Argello, faz parte do projeto de reforma tributária

fatiada do governo. Ele disse que, a princípio, o acesso ao fundo pelos governadores será trimestral, mas não está descartada a possibilidade de ser mensal.

- O estado que mais perde é Mato Grosso do Sul, por causa do gás boliviano. Amazonas também vai perder, na Zona Franca, ainda mais agora que lá está autorizada a produção de medicamentos - ilustrou o senador. - Vamos levar a proposta para nossas bancadas. Não vamos tirar renda dos estados .

O senador Armando Monteiro Netto (PTB-PE) disse que há um claro sentimento no país de que se deve mudar o sistema atual. No entanto, destacou que é preciso oferecer aos estados que mais perdem um processo de transição razoável e um fundo de compensação que dê segurança e credibilidade:

- A proposta está na direção correta, porque a guerra fiscal está esgotada. Mas o fundo deve ser uma espécie de seguro de receita para que os estados que perdem num primeiro momento.

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), defendeu a aceleração das discussões, mas frisou que os debates em torno da unificação do ICMS devem vir juntamente com a questão do indexador da dívida dos estados com a União e a simplificação do PIS/Cofins.

	VEÍCULO O POVO		EDITORIA
	TÍTULO Mantega irá ao Senado para falar sobre <u>ICMS</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem a ida do ministro da Fazenda, Guido Mantega, à Casa na próxima terça-feira (4) para apresentar a nova proposta do governo de unificação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** em 4% em todo o território nacional. A proposta da equipe econômica prevê ainda dois fundos que compensarão perdas dos estados e do Distrito Federal durante 16 anos. Um dos fundos, avaliado em R\$ 7 bilhões, é para compensação automática para os estados que tiverem a arrecadação reduzida com a unificação do **ICMS**. Outro, no total de R\$ 182 bilhões, para financiar

investimentos locais com recursos do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e do Orçamento Geral da União.

Ontem, senadores da base aliada reuniram-se com os ministros Guido Mantega e Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, para tratar do assunto antes do debate da semana que vem no Congresso Nacional.

Foram discutidos reforma tributária, renegociação dos indexadores das dívidas dos estados e redefinição dos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

	VEÍCULO O POVO		EDITORIA
	TÍTULO ZPEs vão receber consultoria da Apex-Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

INVESTIMENTOS

As zonas de processamento de exportação (ZPEs), áreas delimitadas onde empresas exportadoras recebem benefícios administrativos e tributários, receberão consultoria da Agência de Promoção de Exportações no Brasil (Apex-Brasil) em assuntos como estratégia comercial e atração de investimentos. A parceria foi anunciada durante reunião

técnica do Conselho Nacional das ZPEs (CZPE), órgão que é presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Também foram discutidos temas como linhas de financiamento e a implantação de uma ZPE em Rondônia, a partir de dezembro deste ano.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Plano de concessão de portos está pronto e será anunciado no dia 6		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente Dilma Rousseff comandou reunião ontem no Palácio do Planalto para arrematar os últimos detalhes do pacote. O governo quer atrair R\$ 40 bilhões em investimentos para o setor, a começar por Bahia, Espírito Santo e Amazonas

Governo anuncia pacote de concessão de portos no dia 6

Projeto deverá atrair investimentos públicos e privados na ordem de R\$ 40 bilhões a partir de 2013

Ruy Barata Neto, de Brasília

O governo faz os ajustes finais no plano de reestruturação dos portos que deverá ser anunciado no próximo dia 6 de dezembro. A presidente Dilma Rousseff reuniu ontem o alto escalão do governo para dar o arremate final do projeto que deverá atrair investimentos públicos e privados na ordem de R\$ 40 bilhões a partir de 2013, segundo estimativas de fontes que participam das conversas. Com o anúncio do programa de portos, Dilma espera retomar a agenda positiva do governo interrompida pela eclosão da Operação Porto Seguro da Polícia Federal, que descortinou esquema de venda de pareceres técnicos favoráveis a projetos de empresas em agências reguladoras. Dilma já estava com o programa praticamente pronto desde que voltou da Cúpula Ibero-Americana, em Cádiz, na Espanha, na semana passada, mas teve que fazer alterações de agenda. Uma delas foi para o adiamento de evento, que iria ser feito esta semana, para anunciar 1 milhão de moradias entregues como parte do programa Minha Casa, Minha Vida, que acabou ficando para a próxima terça-feira (4), antes do lançamento do programa de portos. O governo pretenderá amarrar o tripé prioritário do programa de logística de transporte com o lançamento do programa dos portos. Consulta do Palácio do Planalto a empresários demonstrou que a solução para o

sistema portuário deveria ser concluída antes do projeto de novos investimentos para o setor aeroportuário que deverá mesmo ficar somente para 2013. O governo pretende com os portos complementar de forma mais imediata o plano de concessões de rodovias e ferrovias, anunciado em agosto.

Conforme publicou o Brasil ECONÔMICO na época, desde o início das discussões a prioridade era para um sistema integrado que viabilizasse o reforço de modais de transportes que dão acesso aos portos. Segundo fontes ligadas ao Palácio do Planalto, estão definidas pelo menos três novas concessões de portos: uma no Espírito Santo, outra em Ilhéus, na Bahia, e uma terceira em Manaus, no Amazonas. Os terminais serão ligados à rodovias e ferrovias que estão listadas nos planos de concessão já anunciados. Para os portos, o governo deverá inaugurar um novo modelo de contratos no setor e que pressupõe a entrega ao ente privado a responsabilidade pela construção e administração de terminais portuários. Dilma também mexerá na gestão das Companhias das Docas. A opção deverá ser pela instauração de um sistema "híbrido", o que significa dotar estas estatais de gestão mais eficiente, mais próxima do setor privado, mas sem fazer uma concessão propriamente dita. O governo antes estudava este caminho, mas recuou diante de dificuldades que enfrentaria na área jurídica. O governo quer tirar as teias que dificultam uma boa administração das Companhias das Docas. Sete estatais, sob o controle da União, administram 18 portos públicos organizados, mas de maneira ineficiente. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de uma dotação orçamentária de R\$ 932 milhões, estas empresas executaram apenas 30% do valor, apesar de inúmeros investimentos que precisam ser feitos no setor portuário. O governo ainda se divide em relação a algumas

questões que também deverão aparecer no plano. Uma delas diz respeito a contratos de arrendamentos de 98 terminais portuários que precisam passar por adequações à lei dos Portos de 1993. Outro ponto diz

respeito a criação de uma espécie de autoridade portuária.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Mudança no <u>ICMS</u> fica para o ano que vem		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em encontro com Guido Mantega, políticos da base aliada dizem que não é possível votar até dezembro. Para Fazenda, adiamento gera insegurança nas empresas

Base aliada empurra mudança do ICMS para o ano que vem

Governo queria aprovar ainda em 2012 proposta de redução e unificação da alíquota

Simone Cavalcanti, de Brasília

O atual estágio da guerra fiscal está sendo avaliado pelo **Governo Federal** como mais um entrave para que os investimentos privados e públicos deslanchem como o desejado. “A situação atual já está prejudicando o planejamento tanto das empresas privadas como das administrações estaduais”, disse ao **Brasil ECONÔMICO** o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa. Segundo ele, a incerteza jurídica que paira sobre o problema precisa ser sanada o quanto antes. Por isso mesmo o governo gostaria de ver sua proposta de redução e unificação de 12% e 7% para 4% da alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** aprovada ainda neste ano. Pelo projeto apresentado, a transição será feita durante oito anos. Mas ontem, em reunião com senadores líderes da base aliada e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, Barbosa e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, viram seu desejo ser adiado para meados de 2013. “Aprovar esse ano é impossível”, sentenciou Gim Argello (PTB-DF). Mesmo diante desse fato, Barbosa afirmou que, do ponto de vista econômico é **importante**, ao menos, encaminhar ao Congresso a proposta para um projeto de Re-solução com o novo sistema até dezembro. “Isso daria uma resposta imediata à incerteza jurídica e econômica causada pelo acirramento da

guerra fiscal”, disse, acrescentando que, se for possível, o ideal é aprovar a proposta até meados do ano que vem e iniciar a transição em julho ou, no máximo, em janeiro de 2014.

Para preparar o terreno das discussões, o ministro Mantega vai a uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado, na próxima terça-feira. Com o adiamento do prazo, caiu em R\$ 5 bilhões o valor dos fundos de compensação para a perda de receita e de **desenvolvimento regional**. Ambos foram apresentados aos governadores como moeda de troca no início deste mês e somariam cerca de R\$ 180 bilhões em um prazo de 16 anos — considerando empréstimos em bancos de fomento e aportes diretos do Tesouro Nacional. Há um sentimento claro de que o sistema atual precisa mudar, mas é preciso oferecer aos estados uma espécie de seguro-receita”, disse o senador Armando Monteiro (PTB-PE), ressaltando a necessidade de uma garantia de que a liberação desses recursos ocorrerá automaticamente aos estados que sofrerem perdas com suas receitas. “Temos a memória da chamada Lei Kandir em que o fundo de compensação não era automático.” De acordo com Argello, na conversa de ontem, o ministro aceitou mudar o acesso ao fundo. “A princípio era trimestral, mas hoje passou para mensal.” De todo modo, os dois fundos serão criados (por meio de Medida Provisória) apenas depois da aprovação do projeto de Resolução pelo Senado. Outro ponto colocado na mesa de negociação é a mudança do indexador da dívida. Hoje, a União faz a correção pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais um percentual que pode variar entre 6%, 7,5% e 9% ao ano, de acordo com cada contrato. A oferta é que isso possa ser substituído pela taxa Selic (7,25%).

	VEÍCULO DIÁRIO DE SUZANO SP		EDITORIA
	TÍTULO Mantega falará sobre <u>ICMS</u> unificado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem a ida do ministro da Fazenda, Guido Mantega, à Casa na próxima terça-feira para apresentar a nova proposta do governo de unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% em todo o território nacional.

A proposta da equipe econômica prevê ainda dois fundos que compensarão perdas dos estados e do Distrito Federal durante 16 anos. Um dos fundos, avaliado em R\$ 7 bilhões, é para compensação automática para os estados que tiverem a arrecadação reduzida com a unificação do ICMS. Outro, no total de R\$ 182 bilhões, para financiar investimentos locais com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Orçamento Geral da União.

Ontem de manhã, senadores da base aliada reuniram-se com os ministros Guido Mantega e Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, para tratar do assunto antes do debate da semana que vem no Congresso Nacional.

Ao sair, o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), admitiu que, mesmo faltando pouco menos de um mês para o fim dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional, as discussões sobre temas como o ICMS não podem ficar para 2013.

"O ICMS que é uma discussão delicada, que tem de ser iniciada neste ano. Mesmo que o assunto fique para ser debatido no próximo ano. tem de começar agora para, durante o ano de 2013, tentar costurar um acordo [sobre o ICMS e outros temas]."

Além do ICMS, foram discutidos pontos relacionados à reforma tributária, como a renegociação dos indexadores das dívidas dos estados e a redefinição dos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).